



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCOUTIM

ACTA N.º6/2009

Da sessão pública ordinária da Assembleia Municipal de Alcouthim

Realizada em 18 de Dezembro de 2009

----- Aos dezoito dias do mês de Dezembro do ano dois mil e nove, no Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas iniciou-se a sexta reunião ordinária da Assembleia Municipal, presidida por Rui Manuel Ribeiros da Cruz. -----

----- De seguida procedeu à chamada, verificando-se a ausência dos Srs. Vogais Dr. José António Teixeira Pinheiro Moreira e Guilherme Manuel da Conceição, da Bancada do Partido Socialista (PS), tendo os mesmos apresentado documentos para justificação da falta, e as quais a mesa justificou. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa pôs à discussão a Acta da reunião número 5/2009, realizada dia 23 de Outubro, cujo texto foi previamente distribuído aos Srs. Vogais. Posta a Acta à votação, a Assembleia Municipal aprovou-a por maioria, com 1 (uma) abstenção da Sr^a. Vogal Carla Cristina Lourenço, da Bancada do PS, por não se encontrar presente na última reunião. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa falou da correspondência recebida, mencionando que a mesma se encontra disponível para ser consultada pelos membros da Assembleia Municipal, caso o entendam fazer. -----

----- Na falta de um dos elementos da mesa o Sr. Presidente da Assembleia interveio para alertar da necessidade de eleger um membro para integrar a mesa da Assembleia, visto que é obrigatório, como órgão colegial, a mesa ser constituída por três elementos. Continuou, referindo que, respeitando o princípio da representatividade/proporcionalidade, deverá ser proposto um elemento da Bancada do PS, para representar o 2.º Secretário em falta, proposta que foi aprovada, por unanimidade. A Bancada do PS nomeou para 2.ª Secretária, em substituição do Sr. Dr. José António Moreira a Vogal Sr.ª. Carla Teixeira Lourenço. De seguida, referiu a necessidade de inclusão, no ponto Assuntos Diversos, do seguinte assunto “**ELEIÇÃO DE AUTARCA DE FREGUESIA REPRESENTANTE NA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES**”. -----

----- Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, incluir o tema, no ponto dos Assuntos Diversos. -----

----- No período de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa concedeu um período para apreciação e discussão de assuntos de interesse local, tomando da palavra o Vogal Sr. Anselmo Vicente, da Bancada do PSD, para endereçar uma palavra de apreço à organização da III Edição da Feira da Perdiz, sugerindo de seguida que a Autarquia, em conjunto com a Junta de Freguesia do Pereiro, deveria organizar um espectáculo equestre, de modo a dinamizar e valorizar a Feira de S. Marcos, no 25 de Abril, e em colaboração com o Grupo Desportivo de Alcoutim (GDA) criar uma Escolinha de Futebol 7, de modo a rentabilizar o campo de futebol sintético. Referiu ainda que é da opinião que, devido à inexistência e inoperância de investidores no concelho de Alcoutim, a Autarquia deveria dar o primeiro passo para solucionar esse problema, uma vez que existem veículos

legalmente enquadrados e acessíveis que poderão ser verdadeiros instrumentos que levem à concretização dos investimentos esperados e necessários e consequentemente ao retorno que daí advém. Aconselhou de seguida que a Edilidade deveria constituir uma empresa pública, que teria como objectivo principal a exploração turística e o desenvolvimento das margens do rio Guadiana e como primeira missão a aquisição ou o arrendamento a longo prazo, de casas e habitações localizadas, quer a Norte ou a Sul de Alcoutim, procedendo à sua reestruturação e adaptação, de modo a criar emprego e oferta de qualidade, entre outras. Finalizou, mencionando que era uma medida adequada que contribuiria decisivamente para o bem-estar das populações. -----

----- O 1.º Secretário Sr. Vítor Teixeira, da Bancada do PSD, usou da palavra para felicitar todos os membros eleitos nas últimas eleições, e o executivo pela realização da III Edição da Feira da Perdiz, porque a mesma é um excelente veículo de promoção do concelho, a nível económico, social e turístico e que o concelho de Alcoutim, em termos cinegéticos, sempre foi considerado a nível nacional uma região de excelência, uma vez que o coelho, a lebre e em especial a perdiz vermelha (*Alectoris rufa*) atraem diversos caçadores, inclusive estrangeiros, à nossa região, porquanto, segundo relatos de caçadores mais antigos e actuais, a denominada “Perdiz do Vascão” é sem dúvida a melhor perdiz do mundo, sendo premente a sua preservação, para que a mesma mantenha as características essenciais, de modo a constituir uma mais-valia. Propos de seguida ao Sr. Presidente da Câmara, a criação de uma denominação de origem protegida para registar a marca “*Perdiz Vermelha*”, como acontece com diversos produtos de outras regiões, em articulação com as reservas turísticas, associativas e municipais, Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, restauração e hotelaria, com o objectivo de promover e divulgar de uma maneira mais sustentada e estruturada a actividade da cinegética. Findou, referindo que os produtos de grande qualidade aparecem cada vez mais associados a uma região, promovendo-se mutuamente, por isso acha que esta iniciativa deverá ser realizada em simultâneo, com o concelho

de Mértola, uma vez que o mesmo se assume, tal como nós, como uma região com apetência cinegética. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara interveio para agradecer as intervenções anteriores e mencionar que a III Edição da Feira da Perdiz foi um marco importante para o concelho, uma vez que a visita de milhares de pessoas consolidou a mesma como um dos eventos mais importantes da Serra Algarvia. Endereçou de seguida um agradecimento aos Vereadores Srs. José Carlos Pereira e Hugo Barradas, bem como à técnica Dr^a. Dalila Barros e restantes funcionários pelo empenho que tiveram na organização da Feira. Referiu ainda que a Câmara Municipal remeteu um convite às Associações de Caça do concelho, com a finalidade das mesmas, participarem activamente na referida Feira, contudo a maioria declinou o convite. -----

Quanto à realização de um espectáculo equestre na Feira de S. Marcos, frisou que é da opinião que é uma medida importante a ser idealizada, uma vez que servirá para promoção do concelho e da referida feira e que o Vereador do Desporto, Hugo Barradas, encontra-se no momento a desenvolver um plano de dinamização do Campo de Futebol de relva sintética, nomeadamente na abertura de inscrições para Futebol 7. Mencionou igualmente que a criação de uma empresa pública não é uma medida pacífica, uma vez que muitas dessas entidades acarretam despesas consideráveis, e no caso particular de Alcoutim, especificamente nas margens do Guadiana, terá que ter em conta os instrumentos de ordenamento do território. Ainda referiu, no seguimento da intervenção do 1.º Secretário, Sr. Vítor Teixeira, que a Edilidade encontra-se no momento a contactar empresas, para criação de um novo logótipo do Município, que engloba a perdiz, e que aguarda com entusiasmo que a Autarquia em colaboração com a Federação de Caçadores organize, no ano de 2010, um fórum de cinegética, em Alcoutim. Findou, referindo que a Câmara, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional e a Escola Básica Integrada de Alcoutim, promoveram um curso Técnico-Profissional de Gestão Cinegética, constituindo o mesmo, uma garantia no mercado de trabalho, já que se

trata de uma área com forte implantação no concelho de Alcoutim. -----

----- O Vogal Sr. Anselmo Vicente, da Bancada do PSD, interveio novamente para mencionar que o executivo camarário encontra-se no início do mandato e por isso é da opinião que deverá existir por parte do mesmo, uma promoção para o desenvolvimento do concelho, e para tal deve haver um aproveitamento das potencialidades das margens do rio Guadiana, de modo a incentivar as populações ribeirinhas e os investidores a gerar receitas. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer que existe bastante promoção do concelho, e um aproveitamento adequado das margens do Guadiana, apresentando como exemplo o Hotel Rural dos Guerreiros do Rio e restaurante “ Cantarinha do Guadiana”. -----

----- De seguida, o Sr. Presidente da Mesa agradeceu as intervenções e passou ao período da ordem do dia. -----

----- **PONTO UM – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:**

Neste ponto, o Sr. Presidente da Câmara leu a sua intervenção, a qual se encontra arquivada em pasta anexa à presente acta, cujo texto foi previamente distribuído aos Senhores Vogais. -----

----- Informou ainda que vai ser criado um grupo de teatro em Alcoutim, que visa proporcionar espectáculos de teatro regulares para a comunidade local; que a candidatura ao POPH do Lar de Balurcos foi aprovada, contudo a de Martim Longo não, mas que já existiu uma reclamação por parte do Centro Paroquial. Informou ainda que foi recentemente criado um plano de transportes públicos, intitulado “Vamos à Vila” que, uma vez por semana, permite o transporte dos munícipes desde as suas localidades até às sedes de freguesia e vila, e tem como objectivo quebrar o isolamento e envelhecimento das populações e sobretudo colmatar a inexistência de transportes públicos. Mais informou que a Câmara

Municipal formalizou um protocolo com os taxistas do concelho, de modo a realizarem o transporte da população até ao Centro de Saúde, para a realização das análises de INR; e que a Odiana - Associação de Desenvolvimento do Baixo Guadiana foi galardoada na categoria do Desenvolvimento Regional, devido aos vários projectos aprovados no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). -----

----- O Vogal Sr. Abílio da Encarnação, da Bancada do PSD, usou da palavra para questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre a percentagem de utilização dos projectos “ Vamos à Vila” e “Alcoutim ainda mais solidário”. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para mencionar que os dois projectos, recentemente criados, têm uma excelente adesão por parte da população, sendo transportadas em média 15 (quinze) pessoas diariamente no projecto “ Vamos à Vila” e no “Alcoutim ainda mais solidário” atendidas 4 pessoas/dia. ----

----- **PONTO DOIS - REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL APROVAÇÃO:** Neste ponto o Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para propor aos membros presentes, a constituição de uma equipa de trabalho, no sentido de analisarem o documento, uma vez que o mesmo apresenta algumas lacunas. -----

----- Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a referida proposta. -----

----- A equipa de trabalho ficou constituída com os seguintes elementos: -----

----- 1.º Secretário Vítor Teixeira (Bancada do PSD); Vogal Abílio da Encarnação (Bancada do PSD) e Francisco Xavier (Bancada do PS). -----

----- **PONTO TRÊS – PPI E ORÇAMENTO PARA 2010:** Foram presentes os documentos em epígrafe, com vista à sua apreciação e aprovação, conforme dispõe a alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo o Vice-Presidente da

Câmara, Sr. José Carlos Pereira procedido a uma explicação dos referidos documentos. Este começou por realizar uma explanação exaustiva, nomeadamente que o orçamento da Câmara para o ano económico de 2010 prevê uma receita e uma despesa global de € 16.228,759,00 (dezasseis milhões duzentos e vinte e oito mil setecentos e cinquenta e nove euros), sendo € 6545.759, 00 (seis milhões quinhentos e quarenta e cinco mil setecentos e cinquenta e nove euros) de receitas/despesa correntes e de € 9.683.000,00 (nove milhõesseiscentos e oitenta e três mil euros) de receitas/despesa de capital. Continuou, mencionando que o executivo quando elabora o documento do orçamento, tem sempre em atenção que não deve “*dar o passo maior que a perna*”, existindo uma preocupação por parte do mesmos que, antes de realizar os grandes investimentos, procura saber a maneira como estas irão ser pagos, para não hipotecar o futuro de Alcoutim. Frisou igualmente que existem factores que condicionam a execução do orçamento, designadamente a receita, financiamentos comunitários e transferências do estado, e como tal há que ter em conta as reduzidas receitas e ajudas comunitárias, por ser um concelho com pouca população. Destacou de seguida algumas obras e actividades/rubricas mais relevantes, que a Edilidade pretende realizar, nas áreas de saneamento básico e abastecimento de água, renovação da rede viária e urbana, saúde e acção social, património, protecção do meio ambiente, turismo, educação, cultura e desporto. Finalizou, mencionando que não é o orçamento que o executivo desejaria, mas sim o possível, uma vez que nele estão previstas um conjunto de obras e actividades que são prioritárias para o desenvolvimento do concelho e que vão garantir melhores condições de vida, mas devido a elevados custos que acarretam, não permitem avançar com outras obras ansiadas, contudo reconhece que o orçamento vai de encontro às propostas apresentadas pelo PSD e PS, nos programas eleitorais das últimas eleições autárquicas, merecendo ser aprovado por unanimidade. -----

----- O Presidente da Assembleia interveio para endereçar um agradecimento ao Vereador José Carlos Pereira, pela forma como o mesmo apresentou os documentos em discussão, passando de imediato a palavra ao Vogal Sr. José Rosa

Pereira, da Bancada do PSD. Este começou por referir que os documentos (PPI e Orçamento) apresentados pelo executivo, denotam perfeccionismo e rigor pela maneira como foram elaborados. Mencionou igualmente que, apesar dos problemas económicos que o país enfrenta, a Câmara Municipal de Alcoutim apresenta um orçamento em que as despesas de capital tem uma aplicação de € 9.683.000,00 (nove milhões seiscentos e oitenta e três mil euros), verba essa superior às despesas correntes, o que comparado a outras Autarquias verifica-se que é um caso raro, sendo da opinião que o orçamento apresentando abrange todas as áreas que todos os partidos se propuseram actuar e que por isso acha que o mesmo deverá ser aprovado por unanimidade, pelas duas bancadas, e se esse facto não se concretizar gostaria de saber a razão e qual as medidas alternativas. De seguida, solicitou esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara sobre o Fundo de Equilíbrio Financeiro, nomeadamente a diferença existente entre o ano de 2009 e 2010, e sobre as despesas calculadas na intervenção da Autarquia nas Escolas Básicas Integradas do concelho, no âmbito da transferência de competências. Salientou ainda que apesar de o ano 2009 ter sido um ano difícil, congratula o executivo por o mesmo apresentar uma baixa nas despesas de pagamentos de juro, provenientes de uma maior amortização do capital emprestado. -----

----- O Vogal Sr. Francisco Xavier, da Bancada do PS, interveio para mencionar que o Vereador Sr. José Carlos Pereira na sua intervenção esclareceu algumas dúvidas que iria apontar. De seguida, começou por realizar uma breve análise, que se passa a transcrever “ da análise que elaboraram aos documentos em discussão, grandes opções do plano de 2010 a 2013 e orçamento para o ano de 2010, em termos gerais verifica-se que as diversas rubricas se encontram perfeitamente compatibilizadas de acordo com as várias opções que lhe pretenderam introduzir, no entanto temos que referir que constatamos haverem algumas obras projectadas para o ano de 2009 que resvalaram para o ano de 2011, referimo-nos concretamente ao canil municipal que vem sendo adiado ano após ano e ao Lar de Martim Longo. Salientamos o aumento com as despesas previstas

para o ensino superior que na rubrica 02 211 para o ano de 2009 previa somente 5000 (cinco mil euros) e para 2010, 15.000 (quinze mil euros) e para os restantes anos de 2001, 2012 e 2013 não estava previsto. Neste novo plano que estamos a tratar aparecem duas rubricas para o ensino superior, a 02 211 e a 02 213 e a 02 213 ambas com valores atribuídos até ao ano de 2013, isto é, na rubrica 02 211 estão consagrados 12. 200 Euros (doze mil e quinhentos euros) já realizados, quando ainda estamos em 2010 e para os anos de 2011, 2012 e 2013, estão previstos 25 000 (vinte e cinco mil euros) para cada ano. Quanto à rubrica 02 213 estão consagradas importâncias para os anos de 2010, 10 000 (dez mil euros), 2011, 2012 e 2013, 25 000 (vinte e cinco mil euros), para cada um dos anos, não sabemos se são verbas sobrepostas ou quaisquer outras. Em conclusão passamos duma situação de 20 000 (vinte mil euros) para os anos de 2009 e 2010 nesta rubrica, para uma outra em que estão previstos 187 209 (cento e oitenta e sete mil duzentos e nove euros) até 2013. Pensamos que estes valores não estarão colocados ao acaso, muito embora nos pareça termos passado dos oito para os oitenta, quando nos parece terem havido tantas alterações no ensino superior. Também a rubrica 02 221 projecto 2002/2005, serviços individuais de saúde, protocolos diversos com outras entidades, nos suscitam alguma reflexão, quando para o ano de 2009 estavam previstos 40 000 mil euros, e nas grandes opções do plano que estamos a tratar aparecem 185 483 euros já realizados, quando ainda não estamos em 2010 e ainda mais 70 000 mil euros para o ano de 2010 e 175 000 mil euros para cada ano até 2013, num total global de 780 483 euros. Tendo em linha de conta os valores apresentados para as rubricas 02 2011, 02 2013, parece-nos importante que estes valores sejam explicados, uma vez que têm dimensão e seria bom que soubéssemos a origem desta significativa diferença. Quanto à rubrica 02 221- 2010/5003 – Unidade de Cuidados de Saúde, estão somente projectados a abertura desta rubrica com 50,00 € (cinquenta euros) para cada um dos anos até 2013 o que quer dizer que até 2013 não vai haver unidade de cuidados de saúde em Alcoutim. O Lar de Martim Longo estava projectado para iniciar em 2009, com 200 000 (duzentos mil

euros) e tinha para terminar em 2010 mais 800 00 (oitocentos mil euros), num valor global de 1000 000 (um milhão de euros). O que constamos agora é que para além dos valores que nos apresentam neste novo plano serem quase metade do anterior, resvala para 2013 o seu acabamento, ano e novas eleições. Os valores agora apresentados são de ordem de 597 000 (quinhentos e noventa e sete mil euros). A propósito do Lar de Martim Longo, uma informação veiculada através da Segurança Social refere que estando as candidaturas para os lares de Martim Longo e Balurcos em cima da mesa para serem apreciados e aprovados ou não conforme as conclusões a que chegassem as pessoas que tinham a função da análise aos processos, a candidatura dos Balurcos foi aprovada e a de Martim Longo terá sido reprovada por falta de documentos, que documentos são esses, e, de quem é a culpa dos mesmos não constarem no processo, não será que os processos são da responsabilidade da mesma entidade e os documentos a apresentar para cada candidatura são os mesmos? Esperamos que pelo meio não haja para aí alguma estratégia, no entanto vamos aguardar calmamente pelo evoluir do processo para depois tirarmos daí as conclusões, e, se necessário publicita-las. Quanto à rubrica para o Lar dos Balurcos, que desde já saudamos por ser uma mais valia para o concelho, os valores apresentados neste plano são em termos globais na ordem dos 655 000 (seiscentos e cinquenta e cinco mil euros), inicia com 115 000 (cento e quinze mil euros) em 2010 e depôs 520 000 (quinhentos e vinte mil euros) para 2011, 10 000 (dez mil euros) para cada ano de 2012 e 2013, ano de novas eleições. Nestas duas rubricas, Lar de Martim Longo e Balurcos, notamos uma diferença de valores contrário ao que era espectável, isto é, naturalmente pensava-se que o Lar de Marim Longo seria de maior dimensão e logicamente as verbas a aplicar seriam muito superiores, o que verificamos pelos números que nos apresentam que é precisamente o contrário. Loteamentos urbanos para Giões, Pereiro, Alcoutim e Martim Longo, para estas rubricas estão orçamentados 800 (oitocentos euros) até 2013, isto é, 50 € (cinquenta euros) para cada um dos anos e para cada uma das freguesias enumeradas. Lamentamos ter de dizer que não vai

haver quaisquer loteamentos urbanos até 2013 porque não é com 50 euros por ano que se fazem loteamentos urbanos. Realçamos o projecto do parque municipal que inicia com 50 (cinquenta euros) em 2010, 500 00 (quinhentos mil euros) em 2011 e mais 50 000 (cinquenta mil euros) para cada um dos anos de 2012 e 2013 ano de novas eleições autárquicas, que coincidência. Esta obra em nossa opinião vem com dez anos de atraso, mas mais vale tarde do que nunca, porque as condições de trabalho naquele parque oficial são mais que péssimas. Quanto às redes de esgotos para aos montes do Lutão, Castelhanos, Laborato, Fortim, Traviscosa, Cabaços e ainda as ETAR do Lutão, Fortim e Preguiças vão ter que esperar até quando não se sabe, pois que neste plano não estão contempladas até 2013, porque não é com 50 € (cinquenta euros) para cada ano que se constroem estas coisas. Quanto à remodelação da rede de águas de Martim Longo, rede de abastecimento de águas a castelhanos, Laborato, Preguiças, Lutão, Fortim, Traviscosa e Cabaços, a situação é igual às rubricas anteriores, porque não é com 50 € (cinquenta euros) para cada um dos anos até 2013 que estas remodelações e redes de abastecimento de águas. São mais anos de espera, até quando não se sabe. Os recintos polivalentes projectados neste plano para as povoações de Pessegueiro, Santa Justa e Pereiro, assim como também o auditório municipal em Alcoutim, não são para fazer nestes anos até 2013, porque os 50 € (cinquenta euros) consagrados a estas rubricas por cada ano até 2013 dizem isso mesmo. O caminho municipal limite do concelho com Tavira, os caminhos rurais EN 124 Montargil/Pão Duro, Taipas, Galego/Madeiras, Vascão - Menir do Lavajo, as estradas municipais 505/Cachopo, 507 Pavimentação e sinalização do troço do cruzamento da EN 122 Alcoutim, C.M. troço 505/Jardos, passagem sobre a ribeira da foupana no caminho Pão Duro e Pêro Dias (ampliação). As estradas municipais 507 troço Giões /Farelos/Tesouro/EN 124, CM /EN 507 troço Pereiro /Santa Marta, e o Parque de Feiras do Pereiro, são obras que também não vão ser feitas no decorrer dos anos 2010/2013 porque não estão contempladas no plano com verbas para esse efeito, tem a rubrica de abertura somente com 50 € (cinquenta euros) para cada um dos

anos. Agora entrando propriamente na análise ao Orçamento constatamos que o mesmo se insere na base dos apresentados em anos anteriores com algumas nuances, que no que se refere concretamente às despesas correntes, parece-nos que estão a resvalar para os valores que não sendo de modo algum incontroláveis se afastam daquilo que deveria ser, isto é, não nos parece correcto que no ano de 2008 para 2009 tenha havido um agravamento de 3,5% e que de 2009 para 2010 se proponha um agravamento de cerca de 16% em despesas correntes, o que achamos ser um aumento muito significativo, se tivermos em linha de conta que as despesas de capital diminuem, isto é, são menos acentuadas, quando deveria ser precisamente o contrario. O Sr. Vereador José Carlos que tanto gosta de realçar as verbas das despesas de capital com as despesas correntes, gostaria de o ouvir para ver quais as explicações que tem para esta situação. O orçamento proposto de 16 228 750 € (dezasseis milhões duzentos e vinte e oito mil setecentos e cinquenta euros) acresce 9,02% ao ano anterior, sendo as despesas correntes 6 545 759 (seis milhões quinhentos e quarenta e cinco mil setecentos e cinquenta e nove euros) e as despesas de capital de 9 683 000 (nove milhões seiscentos e oitenta e três euros). Sendo assim verifica-se que para o ano de 2010 propõe-se um agravamento nas despesas correntes de 16% e para as despesas de capital 5,95%. Verificamos ainda que na rubrica de receitas de capital 09040203 – outras, vem uma verba de 2 650 000 (dois milhões seiscentos e cinquenta mil euros) que já no ano anterior existia não se sabendo de onde vem esse valor, seria bom que houvesse explicação para esta situação e que de futuro não fosse necessário estarmos a fazer estas perguntas porque é perfeitamente possível no próprio orçamento fundamentar esse ou outros valores dessa dimensão. Em conclusão queremos dizer que a nossa votação final irá espelhar o balanço que fizemos ao plano e orçamento em termos globais”. -----

----- A Vogal Sr^a. Dr^a. Custódia André, da Bancada do PS, usou da palavra para mencionar que não concorda com o valor proposto para a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, uma vez que é demasiado excessiva para o concelho de

Alcoutim. Sugeriu de seguida que a Câmara Municipal realizasse uma divulgação a nível concelhio, referente ao “cheque dentista” disponibilizado pelo Poder Central, uma vez que é uma excelente medida e que abrange todas as faixas etárias, economizando assim, alguns fundos à Edilidade. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para alertar os Vogais que todas as suas interpolações se devem cingir ao assunto a que se refere o ponto, uma vez que de acordo com o regimento a reunião é dividida em vários períodos, designadamente período antes da ordem do dia, ordem do dia e intervenção do público. Agradeceu de seguida a intervenção da Vogal Sr.^a Dr.^a Custódia André, contudo é da opinião que a mesma deveria ter-se restringido ao assunto em discussão, dado que os trabalhos devem ser coordenados com uma certa ordem. -----

----- O Vogal Sr. Anselmo Vicente, da Bancada do PSD, usou da palavra para agradecer ao Vereador José Carlos Pereira as explicações efectuadas sobre o documento do PPI e Orçamento, sendo que gostaria de saber qual a razão e ou motivo da abstenção dos Vereadores da oposição e se os mesmos foram convidados a participarem na elaboração do documento. Referiu que o documento do PPI restringe-se à própria actividade da Câmara Municipal, a qual está cada vez mais larga, decisiva, ampla e participativa. Relativamente ao documento do Orçamento mencionou que é um documento técnico e que não tem nada a opor, realça o executivo pelo rigor e contenção, contudo é da opinião que deverá haver um aposta maior para o desenvolvimento do concelho, nomeadamente no apoio aos jovens. -----

----- O Vogal Sr. Abílio da Encarnação, da Bancada do PSD, interveio para mencionar que corrobora com o documento apresentado, uma vez que existe um conjunto de obras imprescindíveis a realizar, nomeadamente o edifício dos Paços do Concelho, edifício da GNR, vias de comunicação, saneamento básico e como tal é da opinião que as obras enumeradas pelo executivo são as prioridades para o concelho de Alcoutim. -----

----- O Vogal Sr. Dr. Paulo Pina, da Bancada do PSD, usou da palavra para mencionar que o documento apresentado é a visão que alguém tem através do seu conhecimento, da sua experiência, do dia-a-dia, contacto com as populações sobre as carências maiores ou menores que o concelho apresenta, e é nesse sentido que é da opinião que a rubrica aberta com o valor de € 5000 (cinquenta euros) é uma visão estratégica e objectiva de uma equipa que tem o conhecimento profundo e real das necessidades da população, sendo os locais de intervenção os mais indispensáveis e prementes do momento, e sobre os quais existe capacidade de captar financiamentos, razão pela qual a bancada do PSD aprovará com gosto e determinação o documento em discussão. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara interveio para esclarecer de um modo geral as dúvidas apontadas, tendo começado por referir que a Câmara Municipal de Alcoutim não é dono da obra do Lar de Martim Longo nem do Lar de Balurcos, e como tal apenas comparticipa 40% do valor total da obra, tendo a Edilidade assumido igualmente o financiamento do projecto e a aquisição do terreno, contudo a candidatura do Lar de Martim Longo não foi aprovada devido à falta de um documento, sendo que a Câmara já disponibilizou um técnico para ajudar o Centro Paroquial a formular a reclamação. Quanto ao eleitoralismo que é acusado, nomeadamente nas obras executadas antes das eleições, mencionou que é difícil prever o fim de uma obra, devido aos imprevistos que podem ocorrer, recordando de seguida que o ano de 2009 foi ano de eleições e mesmo assim o executivo aumentou o preço das tarifas de água, uns meses antes das mesmas se realizarem. Salientou que o cheque dentista são as “tais” leis que não têm aplicabilidade na província uma vez que existem demasiadas burocracias, tal como as ajudas existentes para a colocação de aparelhos auditivos. Referiu que a alienação do património relativo às infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento é uma matéria da altura em que o actual Primeiro-ministro, Eng.º José Sócrates, era Ministro do Ambiente e que corrobora com a mesma, uma vez que as ETAR não funcionavam e a esmagadora maioria estava obsoleta, e como tal é da opinião que

a medida tomada foi a mais adequada, uma vez a manutenção das mesmas requer conhecimentos técnicos muito especializados. Finalizou, mencionando que não tem orgulho em dizer que o concelho de Alcoutim é pobre, contudo, é a realidade uma vez que não consegue, e duvida que alguém consiga, inverter o processo da desertificação sem as ajudas do poder central e que já houve acordos com particulares para a execução de bairros sociais, com projecto incluído, nomeadamente mais de vinte lotes em Alcoutim e vinte em Martim longo. -----

----- O Vice-Presidente, Sr. José Carlos Pereira esclareceu as dúvidas apontadas. Este, começou por mencionar que o executivo ao elaborar o documento do Orçamento e GOP, teve em atenção que não havia a percentagem estipulada pelo Governo, referente ao Fundo de Equilíbrio Financeiro e como tal foi usado o mesmo valor apresentado no ano de 2009, tendo o Sr. Presidente da Câmara interrompido de seguida a intervenção do Sr. Vice-Presidente para referir que no passado dia 15 de Dezembro, esteve presente numa reunião na Associação Nacional dos Municípios Portugueses onde foi informado que o valor do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o ano de 2010 seria de 4,5%, mas que não existia nenhum documento oficial com esse valor. De seguida o Sr. Vice-Presidente continuou a sua intervenção, referindo que as despesas correntes com os estabelecimentos de ensino prendem-se com os vencimentos de trinta e cinco funcionários (pessoal não docente) e com a manutenção dos referidos estabelecimentos, sendo que as despesas diárias, nomeadamente com o refeitório, contratos de electricidade e outros, não estão integradas nessas despesas correntes, uma vez que serão geridas por verbas da direcção da escola. Em relação aos juros, referiu que quando o Dr. Francisco Amaral tomou posse no seu primeiro mandato, existiam empréstimos que não tinham sido amortizados e que demoraram alguns anos a fazê-lo e é nesse sentido que a Autarquia, no actual executivo, à medida que tem capacidade amortiza os empréstimos contraídos, sendo que esses mesmos empréstimos prendem-se com a habitação social, saneamento básico e algumas obras. Quanto à intervenção do Vogal Sr. Francisco Xavier referiu que teve o

privilégio de estar com o mesmo, no anterior executivo, durante quatro anos, e que o vogal questionou sempre as mesmas matérias, designadamente a rubrica dos € 50,00 (cinquenta euros), a rubrica de outras e o eleitoralismo. Explicou ainda que as obras vão até ao ano de 2013, uma vez que existe um Plano Plurianual com a duração de quatro anos e que a rubrica de outras, em relação às obras colocadas nas GOP, foi bem explicada, aquando da apresentação do documento. Salientou igualmente que o Lar de Martim Longo não é uma obra da Câmara Municipal, mas sim do Centro Paroquial, sendo comparticipada a 40%, e é esse o valor da obra colocado em orçamento. Mencionou ainda que as despesas com saúde prendem-se com a saúde oral, alcoolismo, surdez, vacinação, protocolos com as diversas entidades, etc. Em relação à unidade de tratamentos continuados mencionou que é uma iniciativa da Santa Casa da Misericórdia, e que o executivo optou por colocar a obra em PPI para que, caso exista financiamento, transferir esse dinheiro para aquela instituição. Informou também que durante o presente mandato pretendem construir um loteamento em cada sede de freguesia e que estão previstos loteamentos privados para as localidades de Alcoutim e Martim Longo e que o parque das oficinas encontra-se à espera da 2.ª fase do loteamento industrial, bem como o canil municipal que se encontra a aguardar o parecer positivo da Direcção de Veterinária. -----

----- Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 9 (nove) abstenções dos Srs. Vogais Maria Custódia André, Francisco Xavier, Carla Teixeira Lourenço, Humberto Costa, Aníbal Carneira, Daniel Neves, Fernando Gregório, Sidónio Garcia e Aurélio Teixeira, da Bancada do PS, aprovar os documentos em epígrafe. -----

----- Mais certifico que a presente deliberação foi aprovada em minuta no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- **PONTO TRÊS ALIENAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO/REQUERIMENTO: Fernando Inácio Guerreiro Cavaco/Martim Longo:** Foi

presente um requerimento de Fernando Cavaco Guerreiro Inácio, solicitando a alienação de uma parcela de terreno (assinalada na planta de localização, anexa ao pedido), com área de 32,00 m² (trinta e dois metros quadrados) junto à sua habitação, sita em Martim Longo, afim da referida parcela poder servir de logradouro da mesma. -----

----- Face ao parecer da Junta de Freguesia (desde que não ultrapasse os 23,50 m²), a Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal autorização para desafecção do domínio público da parcela de terreno, com vista à posterior alienação (com área de 23, 50 m²) ao requerente, pelo preço de € 254,27 (duzentos e cinquenta e quatro euros e vinte e sete cêntimos). -----

----- Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alienação da parcela de terreno, com área de 23,50 m², pelo preço de € 254,27 (duzentos e cinquenta e quatro euros e vinte e sete cêntimos). -----

----- O Vogal Sr. Daniel Neves, da Bancada do PS, não participou na votação do ponto, por se encontrar ausente da Sala. -----

----- Mais certifico que a presente deliberação foi aprovada em minuta no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.º s 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro

----- **PONTO QUATRO: TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM:** Foi presente uma proposta do Sr. Presidente da Câmara, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente acta, desta fazendo parte integrante, no sentido de a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, seja fixada em 0,25% para o ano de 2010. -----

----- A Vogal Sr^a. Dr^a. Custódia André, da Bancada do PS, interveio novamente para mencionar que não concorda com a proposta apresentada, referente à Taxa

Municipal de Direitos de Passagem, atendendo aos poucos recursos financeiros dos municípios de Alcoutim, e como tal propõe que a taxa fosse fixada por metade do valor apresentado. -----

----- O Vogal Sr. Dr. Paulo Pina, da Bancada do PSD, usou da palavra para pedir esclarecimentos sobre o assunto em discussão, nomeadamente em que consiste a referida taxa, para onde é que as receitas revertem e quem a paga. -----

----- O Vice-Presidente Sr. José Carlos Pereira, usou da palavra para mencionar que a Taxa Municipal de Direitos de Passagem é uma taxa prevista na Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, referente às Comunicações Electrónicas e aplicável às redes e serviços de comunicações electrónicas, principalmente às operadoras de telefone fixo, o que permite que as autarquias possam aplicar uma taxa de 0% a 0,25%, sendo que as empresas podem ou não cobrar aos consumidores a referida taxa na factura mensal, informando de seguida que o valor é uma quantia irrisória, cerca de € 250,00 (duzentos e cinquenta euros) a € 300,00 (trezentos euros) por ano. -----

----- O Vogal Sr. Francisco Xavier, da Bancada do PS interveio, para discordar com a aplicação da taxa, uma vez que é uma quantia irrisória que a Câmara Municipal vai receber ao final do ano. -----

----- O Vogal Sr. José Rosa Pereira, da Bancada do PSD, usou da palavra para mencionar que o que está em causa não é o valor que a Câmara Municipal irá receber, mas sim fazer com que as empresas de telecomunicações paguem por algo que utilizam, independentemente de virem a cobrar ou não o valor aos consumidores no final do mês, por isso é da opinião que as mesmas não devem usufruir e ou beneficiar gratuitamente do património do concelho de Alcoutim. ----

----- O Vice-Presidente Sr. José Carlos Pereira, interveio para mencionar que existem várias empresas de comunicações no mercado e que por isso muitas delas, para angariarem futuros clientes, abdicam de cobrar a referida taxa. -----

----- Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 9 (nove) abstenções dos Srs. Vogais Maria Custódia André,

Francisco Xavier, Humberto Costa, Aníbal Carneira, Daniel Neves, Fernando Gregório, Sidónio Garcia, Aurélio Teixeira e Carla Teixeira Lourenço, da Bancada do PS, aprovar a referida proposta. -----

----- Mais certifico que a presente deliberação foi aprovada em minuta no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.º s 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- **PONTO CINCO – ELEIÇÃO DOS MEMBROS PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE:** Foi presente um documento da Comunidade Intermunicipal do Algarve, com vista à Eleição dos Membros da Assembleia Municipal de Alcoutim para a Assembleia Intermunicipal do Algarve (AMAL). -----

----- Foram presentes a Lista A e a Lista B, respectivamente constituídas por elementos do Partido Social Democrata (PSD) e Partido Socialista (PS). -----

----- O Sr. Presidente da Mesa informou os presentes que os Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia não têm direito a voto. -----

----- Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal, por escrutínio secreto elegeu por maioria a Lista A, sendo os resultados os seguintes: -----

----- Número de Potenciais Votantes: 14 (catorze) votantes; -----

----- Número de Votantes Reais: 14 (catorze) votantes; -----

----- **Lista A:** 8 (oito) votos; -----

----- **Lista B:** 6 (seis) votos; -----

----- Foram eleitos os seguintes vogais: **Lista A** - Rui Manuel Ribeiros (PSD); Vítor Manuel Teixeira (PSD), **Suplente** Anselmo Guerreiro Vicente (PSD); **Lista B** Maria Custódia Martins Pires André, **Suplente** Aurélio Gonçalves Teixeira. ----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.º s 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- **PONTO SEIS – ELEIÇÃO DE AUTARCA DE FREGUESIA REPRESENTANTE NO CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL:** O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou os presentes, que havia necessidade de se proceder, à eleição de um autarca de freguesia, para integrar o Conselho Cinegético Municipal. -----

----- De seguida procedeu-se à votação, por escrutínio secreto. -----

----- A votação foi a seguinte: -----

----- Número Votantes: 19 (dezanove) votantes; -----

----- Brancos: 1 (um) voto; -----

----- Fernando Manuel Dimas Gregório: 1 (um) voto; -----

----- Manuel Domingos Mestre: 17 (dezassete) votos; -----

----- Foi eleito para integrar o Conselho Cinegético Municipal, o Vogal Sr. Manuel Domingos Mestre, da Bancada do PSD. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.º s 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- **PONTO SETE – ELEIÇÃO DE AUTARCA DE FREGUESIA REPRESENTANTE NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:** O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou os presentes que havia necessidade de se proceder à Eleição de um autarca de freguesia, para integrar o Conselho Municipal de Educação. -----

----- De seguida procedeu-se à votação, por escrutínio secreto. -----

----- A votação foi a seguinte: -----

----- Número Votantes: 19 (dezanove) votantes; -----

----- Brancos: 5 (cinco) votos; -----

----- Fernando Manuel Dimas Gregório: 1 (um) voto; -----

----- Manuel Domingos Mestre: 10 (dez) votos; -----

----- António Francisco Margarida: 3 (três) votos; -----

----- Foi eleito para integrar o Conselho Municipal de Educação, o Vogal Sr. Manuel Domingos Mestre, da Bancada do PSD. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.º s 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- **PONTO OITO – ELEIÇÃO DE AUTARCA DE FREGUESIA REPRESENTANTE NA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS:** O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou os presentes que havia necessidade de se proceder à Eleição de 1 (um) autarca de freguesia, para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI). -----

----- De seguida procedeu-se à votação, por escrutínio secreto. -----

----- A votação foi a seguinte: -----

----- Número Votantes: 19 (dezanove) votantes; -----

----- Brancos: 1 (um) voto; -----

----- Aníbal Guerreiro Cardeira: 1 (um) voto; -----

----- António Francisco Margarida: 10 (dez) votos; -----

----- Daniel João Valente das Neves: 7 (sete) votos; -----

----- Foi eleito para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI), o Vogal Sr. António Francisco Margarida, da Bancada do PSD. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.º s 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- **PONTO NOVE – ELEIÇÃO DE AUTARCA DE FREGUESIA REPRESENTANTE NA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:** O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou os presentes

que havia necessidade de se proceder à eleição de 1 (um) autarca de freguesia, para integrar o congresso Nacional da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. -----

----- De seguida procedeu-se à votação, por escrutínio secreto. -----

----- A votação foi a seguinte: -----

----- Número Votantes: 19 (dezanove) votantes; -----

----- Brancos: 1 (um) voto; -----

----- Manuel Domingos Mestre: 10 (dez) votos; -----

----- Aníbal Guerreiro Cardeira: 8 (oito) votos; -----

----- Foi eleito para integrar o Congresso Nacional da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, o Vogal Sr. Manuel Domingos Mestre, da Bancada do PSD. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.º s 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- **Intervenção do Público:** O Vogal Sr. Eng.º Aurélio Teixeira interveio para solicitar ao Sr. Presidente da Câmara a colocação das Actas, Editais e demais documentação da Assembleia Municipal, na página da Internet da Autarquia. -----

----- O Vogal Sr. Fernando Gregório usou da palavra para solicitar esclarecimentos sobre o processo do Sr. Bruno Veríssimo, residente em Clarines.

----- O Vice-Presidente, Sr. José Carlos Pereira usou da palavra para esclarecer que a Comissão de Avaliação já tomou conhecimento e que o problema será solucionado o mais breve possível. -----

----- Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada, por volta das vinte e três horas, mandando lavrar a presente acta, que depois de lida vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O Presidente

O Secretário